



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 20 de janeiro de 2013

A CRITICA	
Livro	1
CIDADES	
AMAZONAS EM TEMPO	
Obras da indústria naval darão 'start' neste ano	2
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Obras da indústria naval darão 'start' neste ano (continuação)	3
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
CAPA	4
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Vamos lançar o Pacto Amazonense pela Educação'	5
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Vamos lançar o Pacto Amazonense pela Educação' (continuação)	6
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Reforma tributária ajudará AM, avalia Sefaz	7
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Reforma tributária ajudará AM, avalia Sefaz (continuação)	8
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Reforma tributária ajudará AM, avalia Sefaz (continuação)	9
ECONOMIA	

Livro

Capital e trabalho na Zona Franca

O economista José Fernando Pereira da Silva acaba de finalizar o livro “Zona Franca de Manaus - capital e trabalho”. O lançamento será em 21 de fevereiro, pela Editora da Amazônia. O evento será no Teatro Direcional, no Manauara Shopping.

Obras da indústria naval darão 'start' neste ano

Aposta para a estruturação de uma nova matriz de negócios no Estado, o polo naval dará início a primeira etapa de obras no segundo semestre deste ano. Localizado na região do Puraquequara, o distrito da indústria naval deve gerar, na primeira fase, aproximadamente 20 mil empregos.

Atualmente, o processo de instalação do polo segue a todo vapor. Para este mês, está prevista a conclusão dos estudos fundiários com vistas à desapropriação dos pequenos produtores e moradores instalados na região. A área é equivalente a 10 mil hectares, localizada à margem esquerda do rio Amazonas, no eixo das comunidades conhecidas como lago do Jacinto e lago Guajará. Também deve ser concluído em janeiro, o estudo de impacto ambiental do projeto.

O secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), Ailton Claudino, espera que o lançamento da pedra fundamental do projeto ocorra em meados de junho.

Conforme as especificações do projeto, a primeira etapa do polo naval abrigará dois grandes estaleiros, seis médios estaleiros e mais 60 estaleiros de pequeno porte serão construídos no período de até 3 anos. A segunda etapa do polo deve ser implantada em um período de até 10 anos, em uma área de 63,47 quilômetros quadrados. A projeção é de geração de 30 mil empregos diretos. Nesse distrito, serão construídos um grande estaleiro, cinco estaleiros médios e 80 pequenos estaleiros para reparos, náuticas e demais empresas da cadeia produtiva naval.

Obras da indústria naval darão 'start' neste ano (continuação)

De acordo com informações da Seplan, a infraestrutura da indústria naval contará com sistema de transporte e acesso viário, portos, terminais, energia fornecida pelo linhão de Tucuruí, aeroporto de carga e descarga e mineroduto. A "Cidade Operária", por meio do programa "Minha Casa, Minha Vida", vai dispor de serviços de saúde, segurança, comércio local e lazer.

A estruturação do polo naval do Amazonas conta com a parceria da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), sindicatos de empresas e trabalhadores, além de instituições de fomento, pesquisa e desenvolvimento.



Segundo o secretário, pedra fundamental será lançada em junho

Formalização de empresas

Segundo a Seplan, a implantação do polo naval demanda intervenções em diversas frentes de trabalho. Em outubro do ano passado, a secretaria, em parceria com o Sebrae, lançou uma campanha voltada para a formalização dos pequenos empresários do setor naval. O programa de regularização visa capacitar as empresas do setor para atender as demandas do distrito local, mais precisamente as encomendas de embarcações para a renovação da frota do Comando Militar da Amazônia (CMA).

De início serão regularizadas, aproximadamente, 60

empresas, mas a expectativa é de que todas as 200 empresas que integram o segmento sejam assistidas pelo programa de formalização, compreendendo as exigências da legislação, sobretudo, junto aos órgãos de proteção ambiental.

De acordo com o secretário Airton Claudino, a iniciativa de mobilizar os empreendedores vai contribuir para a estruturação do polo naval quanto à necessidade de aperfeiçoar a prestação de serviços.

Conforme a Seplan, a movimentação de negócios na indústria naval amazonen-

se está estimada em R\$ 1 bilhão. O polo naval vai atuar na construção e reparo de barcos esportivos, luxo, lazer e turismo, além de flutuantes, balsas e pequenas embarcações.

Qualificação

Para atender a demanda de qualificação do novo mercado, uma mão de obra projetada em 50 mil trabalhadores nos próximos 5 anos, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) espera iniciar em 2013 o curso de engenharia naval, que será voltado para a qualificação de pessoal para atuar no setor.

CAPA

ECONOMIA

Thomaz aposta em pacto pela educação como saída para a mão de obra no PIM

Em entrevista exclusiva ao DIÁRIO, o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, fala dos desafios do Polo Industrial de Manaus para continuar crescendo, principalmente no atual quadro de crise econômica internacional.

PÁG 16



Vamos lançar o Pacto Amazonense pela Educação'

013 já acabou", enfatiza o

superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, logo nos primeiros minutos de conversa. E não é para menos, a Suframa tem pressa e precisa se antecipar aos acontecimentos para continuar crescendo. Nesta entrevista, o ex-secretário executivo de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) fala dos problemas conjunturais que afetaram o Polo Industrial de Manaus (PIM) em 2012, dos planos para fugir da crise econômica mundial e sobre a Reforma Tributária Nacional. Thomaz Nogueira anunciou ainda o lançamento do Pacto Amazonense pela Educação, que, segundo o superintendente, será fundamental para acabar de vez com o problema de falta de qualificação entre os trabalhadores do PIM.

Quais os principais desafios da Suframa para este ano?

Precisamos primeiro concluir o processo de reorganização da instituição. Começando pela reestruturação do nosso quadro de pessoal. Até junho, deverá ser divulgado um concurso público para a contratação de cerca de 250 pessoas. Mas temos também que vencer os desafios de fundo, sobre o futuro da produção no PIM. Quando passamos da TV de Tubo para a Tela Plana, saímos de uma TV que consumia 20 quilos (Kg) de plástico para uma que consome menos de 7 kg. Houve uma evolução tecnológica, mas isso impactou na indústria de termoplásticos. Precisamos saber qual a próxima evolução e que outros produtos podem aproveitar estas linhas de insumos que temos.

Então é preciso atrair novos segmentos?

Sim, temos que fazer o foco da política de desenvolvimento

industrial nisso. E existem várias possibilidades. Tecnologia embarcada em automóveis, por exemplo, é uma tendência muito forte, isso abre possibilidades para nós, pois temos um polo de tecnologia e um polo que já fornece partes e peças para motocicletas.

No ano passado, o senhor afirmou que o segmento de eletroeletrônicos não será afetado em 2013. Por quê?

Sim, e reafirmo. Estamos passando por uma revolução tecnológica que tem uma expansão enorme de bens de informática. O público está ávido para consumir estes produtos. No segmento de televisores, acontece o mesmo. A classe média e a classe emergente querem uma TV plana e a iminência de eventos como a Copa

Vamos lançar o Pacto Amazonense pela Educação' (continuação)



Tomaz Nogueira, defende a busca de mercados mais próximos, como o Peru, que tem hoje 9 milhões de pessoas

do Mundo vai agilizar isso. No caso do Polo de Duas Rodas, a demanda existe, o problema estava no modelo de comercialização. Mas este ano o segmento voltará a crescer. O modelo de negócios está sendo mudado, com foco nos consórcios, que tem menos risco de inadimplência. Algumas medidas que estão sendo tomadas também tornaram mais barato o acesso ao crédito. Além disso, estamos trabalhando para abrir os mercados mais próximos. A América do Sul consome 2 milhões de motocicletas, que não são fornecidas pelo PIM.

A tática é investir nos países do Mercosul?

Primeiro, temos que vencer algumas barreiras tarifárias, por conta de sermos zona franca. A

Organização Mundial do Comércio tem algumas ressalvas quanto a áreas sem tributação e, por isso, somos tratados como um terceiro país pelo Mercosul. Muitas vezes vivemos de costas para nossos vizinhos. O Peru já atingiu um nível de estabilidade social e político. Lima é uma cidade de 9 milhões de habitantes. Por que não buscar este mercado? Temos uma ligação física com a Venezuela, porque não buscar isso? Queremos ampliar isso de forma sensível e muito forte. Tínhamos um mercado de consumo interno muito forte. Então as empresas não precisavam nem olhar para o mercado externo. Mas agora, como o mercado interno deu um arrefecimento, teremos que aprender a chegar de verdade a outros mercados. O ambiente de

curto prazo, ainda que com as preocupações da economia mundial, são de um otimismo cauteloso. Mas precisamos estar preparados para o depois. Estamos trabalhando forte na expansão dos mercados, no investimento de formação de capital intelectual e em inovação e pesquisa.

A qualificação da mão de obra é uma demanda antiga das empresas do PIM, como o senhor vê este problema e o que a Suframa pode fazer para resolvê-lo?

Até o final deste mês, vamos lançar o Pacto Amazonense pela Educação. Nessa iniciativa, participam a Suframa, os governos federal e estadual, entidades de classe, como Fieam, Cleam e Associação Comercial, a ABRH e representantes dos trabalhadores. Devemos lançar o programa no dia 30. Queremos coordenar as iniciativas e as universidades públicas e privadas estão convidadas a participar, para identificarmos exatamente quais as demandas e trabalhar para acelerar a formação da nossa mão de obra.

A Reforma Tributária, que nivelou as alíquotas de ICMS de todo o País, oferece algum risco à competitividade da ZFM? E aos investidores?

Não e eu julgo que quanto mais rápido começarmos a implementar a reforma, melhor. Minha experiência diz que há uma distinção na visão do governo federal sobre a ZFM. O Amazonas terá uma alíquota diferenciada. O investidor também já percebeu isso e sabe da segurança jurídica que existe em Manaus, especialmente por causa das últimas manifestações do STF. Mas confio no compromisso da presidenta Dilma. Sem contar que vamos estar juntos nesta discussão. Não é este o maior desafio, mas sim evoluir para além da manufatura. Desenvolvimento de produtos para que tenhamos uma diversificação e consigamos integrar definitivamente a economia natural ao nosso processo produtivo.

Reforma tributária ajudará AM, avalia Sefaz

TEXTO Daisy Melo
FOTO Divulgação

MANAUS

A aprovação do Projeto da Reforma Tributária no Congresso Nacional promete desencadear simultaneamente a atração de novas empresas para o Polo Industrial de Manaus (PIM), principalmente dos segmentos de informática e telefonia celular. Pautada na unificação de 4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os Estados, com exceção do Amazonas que mantém a alíquota de 12%, a mudança vai ampliar a competitividade da Zona Franca, segundo perspectiva da Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas (Sefaz/AM).

“Se for aprovado neste ano, a partir de 2014, começará o crescimento da implantação de novos empreendimentos, sobretudo de informática e celular e ainda, o bem intermediário”, afirmou o secretário da Sefaz/AM, Afonso Lobo. Segundo ele, a previsão é que o projeto, que depende de uma resolução do Senado para unificar as alíquotas, seja aprovado ainda no primeiro semestre deste ano. “Resolvendo isso, em 2014, começará o processo de regressividade da alíquota estadual, de 1% a cada ano, até chegar a 4%”, disse.

Apesar do projeto do governo federal estipular o prazo de 12 anos para a diminuição progressiva da alíquota, o período de migração das empresas para o PIM deve ocorrer imediatamente a aprovação do projeto no Congresso. “As empresas trabalham com longo prazo, por isso, quando elas perceberem que o local que vai dar segurança jurídica é a Zona Franca, elas vão começar a migrar para a Zona Franca”.

O técnico de arrecadação da Sefaz/AM Alex Del Giglio destacou que o fato de ser um processo executado ao longo de 12 anos significa que a vantagem comparativa aumentará ao longo do tempo. Giglio com-

plementou que estudos de viabilidade econômica irão comprovar para as empresas a atratividade fiscal do PIM. “As empresas vão verificar que a vantagem comparativa da Zona Franca irá aumentar de forma progressiva. A cada ano, elas terão maior lucro, por isso, se elas vão se instalar aqui, quando antes vierem, melhor”, disse.

Informática e celular

O motivo da aposta especificamente nesses dois segmentos tem relação, principalmente, com o incentivo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedido no restante do País. “Como na Zona Franca se produz bem de informática com isenção, mas no resto do País tem uma tributação muito baixa, praticamente a vantagem logística tira a vantagem da tributação do IPI,

Reforma tributária ajudará AM, avalia Sefaz (continuação)

mas quando o ICMS for bem diferenciado, se justifica trazer para a Zona Franca”, explicou.

Outra diferencial desses produtos está relacionado à questão do transporte. “Não têm grandes problemas logísticos, porque são leves e fáceis de transportar”, observou.

De acordo com Afonso Lobo, além de bens de informática e telefones celulares, outros segmentos que podem ser beneficiados com essa modificação tributária são aqueles com Processos Produtivos Básicos

(PPBs) definidos, como é o caso de condicionador de ar, concentrados, o Polo Relojoeiro e joias.

Mas, além da aprovação do projeto no Congresso, aguarda-se ainda a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional, de um Fundo de Equalização de Ressarcimento de Perdas e um Projeto de Lei Complementar, que irá garantir a convalidação dos incentivos concedidos sem a necessidade de unanimidade no Conselho Nacional de Política Fiscal (Confaz).

OS NÚMEROS

12

▼ **anos é o prazo para a** redução total da alíquota do ICMS, mas a Sefaz avalia que logo após a aprovação pelo Congresso Nacional, as empresas vão migrar para o Amazonas.



Afonso Lobo.

Secretário de Estado de Fazenda

Se for aprovado neste ano, a partir de 2014 começará o crescimento da implantação de novos empreendimentos, sobretudo de informática e celular e ainda, o bem intermediário”



Reforma tributária ajudará AM, avalia Sefaz (continuação)

ICMS

Alteração da legislação vai tornar segmentos competitivos

A unificação da alíquota do ICMS irá afetar ainda os percentuais mínimos para atrair indústrias para o PIM, fixado, hoje, em 50% segundo resultados da pesquisa realizada pela Controle Consultoria, apresentada pelo secretário da Sefaz/AM. "Dois segmentos têm essa condição, o Polo de Duas Rodas e Eletroeletrônico, já informática e celular estão, hoje, situados com vantagem comparativa de 28,39% para celular e 19,93% para informática", explicou.

De acordo com Afonso Lobo, a diversificação na produção garante a esses segmentos a continuidade de fabricação no PIM. "As empresas desses segmentos que estão no

PIM estão produzindo outras coisas, usam a capacidade ociosa para produzir outros produtos".

A votação favorável da unificação da alíquota do imposto estadual garantiria mais vantagens comparativas ao modelo Zona Franca de Manaus, que perde competitividade com a questão geográfica e logística. "Se a empresa for especializada, tiver produção primária, não produz por causa da 'guerra fiscal', por causa da comparação com outros Estados do País e também por causa do problema logístico, há vantagens, mas as variáveis logísticas levam a instalação em outros Estados", afirmou Lobo.